

## Quem tem medo do método histórico-crítico?

*Who fears the historical-critical method?*

*Cássio Murilo Dias da Silva*

### Resumo

Este artigo evita explicar o que é o método histórico-crítico, sua história, seus pressupostos e os vários passos metodológicos que ele comporta. Diferentemente, apresentará dois painéis. Primeiro, mais longo, traçará um esboço do processo de sua aceitação pela Igreja Católica, desde a *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (1893) até o relativamente recente *Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura*, da Pontifícia Comissão Bíblica (2014). Este primeiro painel mostrará que, não obstante o fato de o método histórico-crítico (no seu todo ou parcialmente) estar sempre presente nos documentos sobre a interpretação e o uso da Sagrada Escritura na Igreja Católica, ele continua a encontrar resistência para ser aceito e praticado sem medo. O segundo painel, mais breve, demonstrará que o *Catecismo da Igreja Católica* (1992) simplesmente não levou em conta o que os documentos da própria Igreja Católica afirma e deliberadamente se esqueceu do método histórico-crítico e, por fim, apresentará linhas possíveis para um diálogo entre a exegese do método histórico-crítico e a leitura bíblica latino-americana.

**Palavras-chave:** Método histórico-crítico. Gêneros literários. Exegese.

### Abstract

This article avoids explaining what the historical-critical method is, its history, its presuppositions and the various methodological steps that it entails. Instead, it will present two panels. The first, which is longer, traces an outline

of the process of its acceptance by the Catholic Church, from the *Providentissimus Deus*, of Leo XIII (1893), to the relatively recent *Inspiration and Truth of Sacred Scripture*, of the Pontifical Biblical Commission (2014). This first panel will show that, despite the fact that the historical-critical method (in whole or in part) is always present in the documents on the interpretation and use of Sacred Scripture in the Catholic Church, it continues to encounter resistance in order to be accepted and practiced without fear. The second panel, which will be shorter, demonstrates that the *Catechism of the Catholic Church* (1992) simply did not take into account what the documents of the Catholic Church itself assert and deliberately forgot the historical-critical method and, finally, presents possible lines for a dialogue between the exegesis of the historical-critical method and the Latin American biblical reading.

**Keywords:** Historical-critical method. Literary genres. Exegesis.

## Introdução

Ao término de uma reunião de professores em uma faculdade de teologia, um dos professores de teologia dogmática abordou um colega seu, professor de exegese bíblica, e desferiu a seguinte observação: “Vocês, exegetas, deveriam parar de dar palpite na teologia”. O exegeta, sem titubear, respondeu: “É tão simples... Basta que vocês dogmáticos parem de usar a Bíblia para fundamentar o dogma!” A resposta do exegeta não deixou seu colega dogmático muito satisfeito, mas este não pode replicar outra coisa a não ser argumentar que ele lê a Bíblia com a doutrina da Igreja, ao que o exegeta respondeu convidando o dogmático a ler o que está escrito no documento *Interpretação da Bíblia na Igreja* (doravante IBI), subseção III.D.2<sup>1</sup>, sobre a necessidade de os teólogos respeitarem e escutarem os exegetas: “Para interpretar a Escritura com exatidão científica e precisão, os teólogos necessitam do trabalho dos exegetas”.

Sem muito o que fazer e falar, o dogmático engoliu seco e resmungou mais algumas considerações sobre os documentos da Igreja Católica enquanto saía. Em relação à exegese, sua atitude se parece muito com um bordão comum no Brasil nos tempos da ditadura militar e usado por quem queria deixar claro que não tinha nenhum relacionamento com algo ou alguém suspeito: “Não sei, não

---

<sup>1</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 256-257.

quero saber e tenho raiva de quem sabe”. Aqui, porém, com uma adequação: “Não sei não, quero saber e tenho *medo* de quem sabe”.

Este “diálogo” é apenas prolongamento da conhecida tensão entre Jerônimo e Agostinho. Mesmo sendo desconhecedor das línguas bíblicas, o bispo de Hipona não poupou objeções à nova versão dos textos bíblicos feita pelo monge de Belém, o qual, segundo a lenda, teria em algum momento assim reagido: “Digam àquele ... africano que primeiro ele aprenda grego e hebraico, depois venha corrigir minha tradução!” Estas exatas palavras não são encontradas em nenhuma das cartas de Jerônimo, embora naquelas endereçadas a Agostinho haja provocações que poderiam tornar plausível uma afirmação com este teor.

Passados dezesseis séculos, exegetas e teólogos dogmáticos mantêm suas posições e, portanto, a aceitação ou rejeição do método histórico-crítico (doravante, MHC) não é outra coisa senão a mesma tensão entre Jerônimo e Agostinho. O documento da Pontifícia Comissão Bíblica discute e tenta propor uma solução de consenso.

Não é o objetivo deste artigo explicar o que é o MHC, sua história, seus pressupostos e os vários passos metodológicos que ele comporta. Isso pode ser encontrado no próprio IBI e em várias publicações e manuais de exegese que o explicam detalhadamente e ensinam a praticá-lo<sup>2</sup>. Este artigo, diferentemente, apresentará dois painéis. O primeiro, mais longo, percorrerá o processo de aceitação do MHC pela Igreja Católica, desde a *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (1893), até o relativamente recente *Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura*, da Pontifícia Comissão Bíblica (2014). O segundo painel irá “além do IBI” e confrontará com o MHC duas leituras diferentes da Bíblia: o Catecismo da Igreja Católica e a hermenêutica latino-americana.

## 1. Processo de aceitação do MHC na Igreja Católica

O “diálogo” com que se inicia este artigo não é obra de ficção, mas de fato aconteceu. E ainda que não com aquelas exatas palavras e reações, continua a se repetir em ambientes acadêmicos e fora deles. Após trinta anos de IBI, o MHC ainda é acusado de destruir a teologia, arrasar a espiritualidade e “cravar uma estaca no coração da Bíblia” (!), por estudar o texto bíblico em si mesmo,

---

<sup>2</sup> Algumas publicações no Brasil: LIMA, M. L. C., Exegese bíblica.; KLEIN, W. W.; BLOMBERG, C. L.; HUBBARD JR., R. L., Introdução à interpretação bíblica.; LOHFINK, G., Agora entendo a Bíblia.; SILVA, C. M. D. Metodologia de exegese bíblica.; entre outros.

isto é, como um texto antigo comum, e sem levar em conta o autor divino e, portanto, ser um método profano e negar a inspiração (ou, caso se prefira, a revelação).

Este mal-estar, principalmente por parte de eclesiásticos, foi causa de ataques (por vezes violentos) contra professores e instituições católicas – notadamente o Pontifício Instituto Bíblico de Roma – que aplicavam e ensinavam os passos do MHC. Não obstante, por vezes timidamente, por vezes com ênfase, documentos e alocações do Magistério Católico acerca da Bíblia e sua interpretação sempre favoreceram o método e jamais o proibiram.

### 1.1. Antes do IBI

O IBI é datado de 15 de abril de 1993, mas foi publicado somente em 18 de novembro do mesmo ano, quando se completavam exatos cem anos da *Providentissimus Deus*, e cerca de cinquenta dias após o cinquentenário, no dia 30 de setembro, da *Divino afflante Spiritu*. A estas duas encíclicas, neste percurso, devemos acrescentar a Constituição Dogmática *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II.

#### 1.1.1. Providentissimus Deus

No século XIX, o vertiginoso desenvolvimento das ciências humanas e das ciências da natureza levou estudiosos racionalistas a estudar a Bíblia como um livro puramente humano, a ponto de provocar uma divisão entre os biblistas católicos. De uma parte, os liberais, que tentavam explicar racionalmente os relatos bíblicos, graças às novas ferramentas que as conquistas científicas e as novas tecnologias da época lhes colocavam à disposição. De outro lado, os conservadores resistentes ao racionalismo, que confundiam opiniões teológicas com provas científicas e históricas. Na esteira deste debate, em 25 de janeiro de 1893, surgiu um artigo no jornal *Le Correspondant*, no qual teólogos “esquerdistas” afirmavam que, não obstante a Bíblia seja totalmente inspirada, a inerrância limita-se a questões de fé e de moral<sup>3</sup>.

Para documentos antigos (incluindo, obviamente, a Bíblia), o iluminismo propôs uma interpretação crítica e laica que negava a revelação, o dogma e o

---

<sup>3</sup> AMBROZIC, A. M., *Providentissimus Deus*.

sobrenatural. Como era de se esperar, isso intensificou animosidades também entre católicos, o que exigiu uma resposta do magistério eclesiástico. Assim, em 18 de novembro de 1893, Leão XIII publicou a *Providentissimus Deus* (doravante, PD), uma encíclica com a finalidade de evitar os erros racionalistas no que se refere à interpretação bíblica e, ao mesmo tempo, harmonizar o conhecimento científico e histórico recém-adquirido com o ensinamento tradicional da Igreja Católica. Sem temer aceitar as descobertas científicas, históricas e arqueológicas que, no século XIX, impactaram enormemente a compreensão do texto bíblico, Leão XIII reconheceu a necessidade de “estimular e recomendar este altíssimo estudo das Sagradas Letras e dirigi-lo também mais conformemente às necessidades dos tempos presentes”, ao mesmo tempo em que assume o compromisso de não tolerar que a Sagrada Escritura, como fonte da revelação, “seja violada em nenhuma de suas partes, seja por aqueles que, com ímpia audácia, atacam abertamente a Sagrada Escritura, seja por aqueles que difundem novidades enganosas e imprudentes”<sup>4</sup>.

Leão XIII não teme usar o termo “crítica” nos números 35-36, nos quais define “os meios” para defender a Sagrada Escritura contra o que ele chama de “inimigos”. O n. 35, dedicado às línguas bíblicas, inicia-se com uma paridade: o primeiro meio para combater os inimigos é “o estudo das línguas orientais antigas e, ao mesmo tempo, da assim chamada arte crítica”. Logo em seguida, no n. 36, diferencia a “ciência da verdadeira arte crítica” da enganadora “alta crítica”, que questiona “a origem, a integridade e a autoridade de cada livro” e que levará “os inimigos da religião” a fazerem interpretações conforme as propensões e opiniões individuais.

O uso de “crítica” demonstra superação da desconfiança em relação a uma abordagem mais científica do texto bíblico. No entanto, faltou na PD uma definição mais clara dos procedimentos exegeticos da “verdadeira arte crítica”.

### 1.1.2. Entre a PD e a DAS

A PD visava propor caminhos para o delicado equilíbrio entre os questionamentos à Bíblia provocados pelas descobertas científicas e ensinamento milenar e estável da Igreja Católica. A complexidade da questão exigiu mais do que simplesmente uma encíclica. Por isso, em 1902, o mesmo

---

<sup>4</sup> PD 2.

Leão XIII criou a Pontifícia Comissão Bíblica, cuja missão era “promover os estudos bíblicos e salvaguardar a autoridade da Escritura contra os ataques de crítica exagerada”<sup>5</sup>. Infelizmente, nem sempre as respostas da PCB estavam livres de temores e preconceitos e, por vezes, provocaram medo e deixaram espaço para perseguições a pregadores e professores (principalmente de Sagrada Escritura).

Como se não bastasse este ambiente tenso, em 1941, o sacerdote napolitano Dolindo Ruotolo, sob o pseudônimo Dain Cohenel, divulgou um escrito intitulado “Un gravissimo pericolo per la Chiesa e per le anime. Il sistema critico-scientifico nello studio e nell’interpretazione della Sacra Scrittura, le sue deviazioni funeste e le sue aberrazioni.” Ruotolo/Cohenel<sup>6</sup> acusa o MHC de ser fruto de um “espírito maldito de orgulho, presunção e superficialidade, disfarçado de minuciosas investigações e de exatidão literal hipócrita.”<sup>7</sup> O alvo primário das críticas era o Pontifício Instituto Bíblico (PIB) de Roma, no qual era o MHC praticado e ensinado. Aparentemente, Ruotolo era o porta-voz de um grupo de conservadores, do qual participavam também autoridades eclesiásticas.<sup>8</sup>

A resposta da PCB não tardou e, em 20 de agosto daquele mesmo ano, ela divulgou uma carta duríssima dirigida a bispos e arcebispos italianos, na qual assume a defesa tanto do método quanto do PIB. Esta tomada de posição foi reafirmada, agora com autoridade papal, na festa de São Jerônimo (30 de setembro) de 1943, quando Pio XII promulgou a *Divino afflante Spiritu* (doravante, DAS).

### 1.1.3. *Divino afflante Spiritu*

Por ocasião do cinquentenário da PD, mas também como resposta à situação que acabamos de descrever sumariamente, Pio XII reafirma o desejo (seu e do magistério) de que os estudos e a interpretação do texto bíblico não fossem pautados unicamente pelo dogma e pela doutrina da Igreja (obviamente posterior aos autores e livros bíblicos), mas que se buscassem o sentido literal dos textos. O

---

<sup>5</sup> FITZMYER, J. A. A interpretação da Escritura, p. 16.

<sup>6</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. Un opuscolo anonimo denigratorio.

<sup>7</sup> Pontifícia Comissão Bíblica., Lettera agli ECC.MI PP.DD. arcivescovi e vescovi italiani.

<sup>8</sup> GHIRTI, G., Il Metodo Storico-Critico, p. 106.

papa insiste na necessidade de “conhecer o pensamento do autor”. Este conceito aparece repetidas vezes e em variadas formulações:

- “a fim de penetrar a fundo e plenamente o seu pensamento”, no n. 12, sobre o estudo das línguas originais;
- “para tirar a limpo o pensamento do autor”, no n. 15, sobre a primazia do sentido literal;
- “não seja que, ignorando essas coisas ou tomando umas por outras, nos desviemos do pensamento do autor”, no n. 19, citando Atanásio, sobre a necessidade de conhecer para quem e por qual motivo Paulo escreveu;
- “uma mais completa e luminosa compreensão do pensamento do autor sagrado”, no n. 21, sobre a necessidade de estudar os modos de falar e de escrever do mundo antigo.

Pio XII enfatiza o vínculo entre os gêneros literários e a inspiração bíblica e reconhece que os modos de dizer de uma cultura são canais legítimos para transmitir a revelação<sup>9</sup>. Assim, sem renunciar ao sentido espiritual, ele dá novo impulso à busca do sentido literal: este é indispensável para captar corretamente aquele<sup>10</sup>.

Deste modo, a DAS reconheceu a validade dos estudos, das conclusões e dos questionamentos que os exegetas católicos já realizavam desde o século XIX (se não antes ainda). Não obstante, a encíclica não foi suficiente para garantir a aceitação do MHC nas fileiras católicas, principalmente por aqueles que continuavam a ver nele um perigo para a vivência espiritual, para a sã doutrina e para os estudos teológicos em geral. A oposição ao método apenas permaneceu encubada, para ressurgir no Concílio Vaticano II.

#### 1.1.4. *Dei Verbum*

Durante as consultas dirigidas aos bispos de todo o mundo solicitando conselhos e sugestões, causou impacto na comissão organizadora do Concílio a frequência de temas vinculados à revelação. Os bispos pediam que o Concílio abordasse tais questões de modo positivo, isto é, não para punir erros e desvios

---

<sup>9</sup> DAS 20-21.

<sup>10</sup> DAS 16.

doutrinais, mas para orientar o uso pastoral e a leitura da Sagrada Escritura e, principalmente, expor a doutrina católica sobre historicidade, inspiração, inerrância e interpretação da Escritura<sup>11</sup>. Não obstante, o assim chamado “primeiro esquema” propôs uma abordagem marcadamente doutrinal.

Este primeiro esquema, conhecido como *De fontibus revelationis*, entrou em discussão em 14 de dezembro de 1962. Os padres conciliares haviam terminado de discutir e aprovar – após um mês de discussões – o documento sobre liturgia, o que direcionou todo o Concílio para sua índole pastoral. Esperava-se que o documento sobre a revelação fosse aprovado muito rapidamente. No entanto, o que se observou foi muito ao contrário:

Após elogios mais ou menos acadêmicos ao trabalho da comissão teológica, [uma ampla maioria] atacava sem paliativos o estilo docente e escolástico, alheio a preocupações pastorais ecumênicas, e a falta de perspectiva nos temas tratados<sup>12</sup>.

Sucederam-se outros quatro esquemas até a aprovação da atual Constituição Dogmática *Dei Verbum* (doravante, DV), em 18 de novembro de 1965, apenas vinte dias antes do término do Concílio. Sem dúvida, é o texto conciliar que mais demorou a ser aprovado.

O capítulo III da DV, cujo título é “Inspiração divina e interpretação da Sagrada Escritura”, retoma a preocupação da DAS com “o pensamento do autor”, modificando oportunamente para “a intensão do autor”. Para descobri-la, afirma DV 12, “deve-se levar em conta, entre outras coisas, também os ‘gêneros literários.’” O MHC não se reduz ao estudo dos gêneros literários; no entanto, a DV destaca este passo metodológico e tem uma razão histórica para isso. Desde o início do século XX a aplicação dos gêneros literários à exegese bíblica em campo católico era alvo de controvérsias. A DAS de Pio XII retirou o estudo dos gêneros (ou formas) literários do rol das práticas proscritas nas faculdades de teologia. Não obstante, a aparição explícita do tema no texto final da DV só foi possível graças ao longo processo de maturação do documento, superando barreiras até mesmo para utilizar o termo. É o que veremos a seguir.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> RUIZ, G., *Historia de la constitución Dei Verbum*, p. 5.

<sup>12</sup> RUIZ, G., *Historia de la constitución Dei Verbum*, p. 8.

<sup>13</sup> A apresentação a seguir baseia-se nos seguintes textos: RUIZ, G., *Historia de la constitución Dei Verbum*, p. 3-96; ALONSO SCHÖKEL, L., *Interpretación de la Sagrada Escritura*, p. 420-478; CAPIZZI, N., *Dei Verbum*, p. 11-46.



#### 1.1.4.1. Primeiro esquema

Elaborado pela Comissão Teológica Preparatória, consta de cinco capítulos. O segundo deles tem como título *De Scripturae inspiratione, inerrantia et compositione litteraria* (nn. 7-14). Este esquema evita o termo e, no n. 13, preocupado com a compreensão do que seja a inspiração, prefere falar de “índole geral do livro” e enumera vários tipos literários, não sem alguma confusão de categorias: histórico ou didático, profético, poético, alegórico, parabólico. A DAS 20, diferentemente, tinha uma apresentação mais geral e, por isso, mais coerente: distinguia entre composições poéticas, legislação e história. Quanto a isso, o primeiro esquema representava um retrocesso em relação à DAS.

#### 1.1.4.2. Segundo esquema

Elaborado pela assim chamada Comissão Mista, após o rechaço do primeiro esquema, o segundo esquema foi enviado aos padres conciliares em 22 de abril de 1963, agora com um novo título: *De divina revelatione*. Esta nova versão era diferente da anterior (mais apologética) e prometia discutir a natureza da revelação; no entanto, apenas retomava o conceito de *deposito fidei* já presente no primeiro esquema.

O número 12 do segundo esquema reelabora boa parte do número 13 do primeiro esquema. O título do parágrafo mudou de *Quomodo inerrantia diiudicanda sit* para *Quomodo Sacra Scriptura sit interpretanda*. Não obstante esta mudança de foco, a apresentação sobre os gêneros literários não progrediu, pois o segundo esquema apenas repetiu literalmente o elenco do primeiro.

#### 1.1.4.3. Terceiro esquema

Elaborado por uma subcomissão e aprovado pela Comissão Doutrinal em 3 de julho de 1964, este esquema manteve o título *De divina revelatione*. Quanto ao MHC, ocorre um grande avanço em relação aos dois anteriores. O número 12 mantém o título *Quomodo Sacra Scriptura sit interpretanda*, mas apresenta diferenças importantes. Em primeiro lugar, é usado explicitamente o termo técnico “gêneros literários” como matéria imprescindível a ser considerada nos estudos bíblicos. Também o elenco dos tipos de livros é

reformulado e completado, ao reconhecer que “a verdade é proposta e expressa em textos de vários modos históricos, proféticos, poéticos ou de outros gêneros”. Deste modo, o terceiro esquema retoma o que já fora exposto na DAS.

#### 1.1.4.4. Quarto esquema

Embora as discussões e emendas tenha levado a uma aceitação do conjunto do terceiro esquema, para todos os parágrafos foram propostas alterações, algumas profundas. Assim, ainda em 1964, foi apresentada uma nova redação com correções, esclarecimentos e mudanças em formulações. Contra os pedidos de retirada do termo “gêneros literários”, sob o pretexto de ser muito técnico ou restritivo, a comissão contra-argumentou, afirmando que este mesmo termo já se encontra em documentos do magistério (na DAS, de 1943, e na *Humani generis*, de 1950).

As votações duraram três dias e o quarto esquema foi aprovado, mas foram propostas cerca de 1.500 emendas (muitas delas, obviamente, coincidentes), deixando a aprovação do documento para os últimos dias do Concílio.

#### 1.1.4.5. Quinto esquema

A atual redação da DV, portanto, equivale a um quinto esquema. Ela foi votada e aprovada em 15 de novembro de 1965 e promulgada três dias depois. A importância dos gêneros literários (e, por conseguinte, do MHC) para a exegese é afirmada sem rodeios no número 12:

Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, os “gêneros literários”. Com efeito, a verdade é proposta e expressa de modos diversos, segundo se trata de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa, além disso, que o intérprete busque o sentido que o hagiógrafo em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretendeu exprimir e de facto exprimiou servindo se os gêneros literários então usados. Com efeito, para entender rectamente o que autor sagrado quis afirmar, deve atender-se convenientemente, quer aos modos nativos de sentir, dizer ou narrar em uso nos tempos do hagiógrafo, quer àqueles que costumavam empregar-se frequentemente nas relações entre os homens de então.

Sem dúvida, não é de pouca importância a admissão da validade dos gêneros literários em um documento conciliar. Ainda mais que tal documento é qualificado como Constituição *Dogmática*, isto é, que expressa o que é a fé da Igreja e que faz afirmações cuja aceitação não é livre e opcional. Não obstante, trata-se de um parágrafo tímido. Além disso, cumpre lembrar que o estudo dos gêneros literários, embora constitua parte importante do MHC, não é a totalidade do método. Mais ainda, a ausência da expressão “método histórico-crítico” na DV deixou aberta a porta da desconfiança em relação à sua “catolicidade”.

#### 1.1.5. Descompactando a *Dei Verbum*

Antes de passar ao IBI, convém observar que os seis capítulos da DV serviram como “arquivos zipados” que, posteriormente, foram descompactados. Para compreender isso, é necessário retomar as três questões disputadas que, no tempo do Concílio Vaticano II, provocavam fortes tensões na Igreja Católica.

A primeira delas envolve as relações entre revelação, Tradição e Escritura e pode sumariamente ser formulada assim: A Tradição tem igual autoridade à da Escritura para transmitir a revelação? A resposta da DV encontra-se nos capítulos I e II. Nos documentos posteriores, tais capítulos foram os últimos a serem “descompactados”: somente em 2014, no documento da Pontifícia Comissão Bíblica, *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*.

A segunda questão a que a DV respondeu refere-se à validade do MHC e, por conseguinte, como se diferenciam e como se relacionam revelação e inspiração. A DV trata disso no seu capítulo III. Este será o tema de fundo do IBI, de 1993.

Por fim, a terceira questão subjacente à DV pode hoje parecer bobagem, mas na época não era insignificante: A Bíblia pode servir de ponto de partida para a teologia, para a liturgia, para a oração, para a catequese, para a homilia? Em outras palavras, refere-se ao uso e à leitura da Sagrada Escritura, tema tratado pela DV nos capítulos IV a VI, que, por sua vez, serão retomados em três momentos diferentes. Primeiramente, os capítulos IV e V da DV, respectivamente sobre Antigo e Novo Testamentos, no documento *O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia Cristã*, da Pontifícia Comissão Bíblica, em 2001. Depois, em 2008, o Sínodo sobre a Palavra de Deus teve como tema “A palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”. Os padres sinodais apresentaram ao Papa Bento XVI cinquenta e cinco proposições, às quais ele respondeu, em 2010, com a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* (doravante, VD).

## 1.2. À espera do IBI

Como já afirmado, temos um lapso de sete meses entre a promulgação do IBI (15 de abril de 1993, data da apresentação do então Cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Pontifícia Comissão Bíblica - PCB) e a sua publicação (18 de novembro do mesmo ano). Alguns dias depois após a promulgação, o Papa João Paulo II proferiu um discurso de agradecimento pela entrega do IBI. São estes os dois textos de que falaremos agora, antes de tratarmos especificamente do documento.

### 1.2.1. A apresentação do Cardeal Ratzinger

Em geral, as edições do IBI inserem a apresentação do então Cardeal Ratzinger<sup>14</sup> antes do texto da PCB. Embora o texto de Ratzinger seja “independente” do documento, o fato de ele ser colocado artificialmente como um “prefácio” revela que a intenção é condicionar a leitura do documento propriamente dito. Claramente, a maior (se não única) preocupação do cardeal é o MHC. Logo no parágrafo inicial, Ratzinger reconhece: “O aparecimento do método histórico-crítico inaugurou uma nova época na história da interpretação bíblica. Com este método, surgiram novas possibilidades de compreender o texto bíblico em sua originalidade”<sup>15</sup>.

Sem muito entusiasmo, o primeiro parágrafo reconhece a importância do MHC no labor teológico e esclarece que exegese e teologia não são contrapostas. Assim nas palavras de abertura, que citam DV 24 – “o estudo da Bíblia é como que a alma da teologia” –, e mais para o final:

“Tudo o que ajuda um melhor conhecimento da verdade e uma disciplina nas próprias representações é útil e valioso para a Teologia. Neste sentido, deve este método encontrar acolhida no trabalho teológico”<sup>16</sup>.

O mesmo parágrafo termina com o motivo desta recomendação: “o aparecimento do método histórico-crítico pôs igualmente em movimento uma disputa em torno de seu alcance e de sua correta forma, disputa esta que de modo algum está encerrada”<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> RATZINGER, J., Prefácio ao Documento da Pontifícia Comissão Bíblica.

<sup>15</sup> RATZINGER, J., Prefácio ao Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, p. 181.

<sup>16</sup> RATZINGER, J., Prefácio ao Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, p. 181.

<sup>17</sup> RATZINGER, J., Prefácio ao Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, p. 181.

Mais do que os méritos e os limites do método, a “disputa” em si mesma obrigou o Magistério católico a se manifestar oficialmente e, portanto, foi ela que motivou não apenas os documentos celebrados (PD e DAS), mas também o documento “celebrante”, isto é, o próprio IBI.

Não obstante, como observam Vasconcelos e Silva, “trata-se de um texto que se encaixa mal”, uma vez que o discurso de João Paulo II “se mostrava francamente favorável aos empreendimentos investigativos de matriz histórico-crítica”, enquanto o escrito de Ratzinger expressa “seus temores quanto ao emprego de um método que ele qualifica como ‘profano’”<sup>18</sup>. Ainda segundo estes autores, uma vez que o documento da PCB não refletia suas opiniões a respeito da interpretação bíblica, “sua intervenção aí consista em minimizar – ou melhor, colocar no seu devido lugar, definindo-lhe um alcance limitado – a relevância do documento elaborado pelos membros da Pontifícia Comissão Bíblica”<sup>19</sup>.

Como se vê, repete-se o embate Agostinho x Jerônimo: Ratzinger, teólogo de matriz agostiniana, desqualifica o esforço e a competência dos exegetas que praticam o MHC, uma vez que, para ele, a interpretação bíblica que não está em função da teologia é irrelevante e infrutífera.

### 1.2.2. O discurso do Papa João Paulo II

No dia 23 de abril de 1993 (e, portanto, posteriormente à apresentação de Ratzinger), por ocasião do duplo jubileu – 100 anos da PD e 50 anos da DAS –, em audiência solene, o Papa discursou em francês, razão pela qual sua alocação é citada como “De Tout Coeur”<sup>20</sup>. Ela é composta de três partes: (a) Da “Providentissimus Deus” à “Divino Afflante Spiritu”; (b) Harmonia entre a exegese católica e o Mistério da Encarnação; (c) O novo documento da Comissão Bíblica.

---

<sup>18</sup> VASCONCELLOS, P. L.; SILVA, R. R., O Vaticano II e a leitura da Bíblia, p. 54.

<sup>19</sup> VASCONCELLOS, P. L.; SILVA, R. R., O Vaticano II e a leitura da Bíblia, p. 55. No restante do capítulo citado, estes autores prosseguem com virulentas críticas às afirmações e atitudes de Joseph Ratzinger/Bento XVI ao MHC.

<sup>20</sup> JOÃO PAULO II, PP., Discurso por ocasião do Centenário da Encíclica “Providentissimus Deus” e do 50º Aniversário da Encíclica “Divino afflante Spiritu”.

Além de citar, especificamente a crítica textual (nn. 3 e 7), a crítica literária (n. 3) e os gêneros literários (duas vezes no n. 8), o Papa algumas vezes se refere ao MHC no seu conjunto, mas não com uma nomenclatura constante:

- “sistema crítico-científico” (n. 3), numa citação ao título do opúsculo “anônimo” de Dolindo Ruotolo (já referido neste artigo);
- “exercício da crítica científica” (n. 4), ao citar de modo livre a PD 36;
- “estudo ‘histórico-crítico’” (n. 7), ao recordar que a Igreja “toma a sério o realismo da encarnação” e, por isso, os papas predecessores de João Paulo II “aprovaram vigorosamente” aquele tipo de abordagem;
- “base histórico-crítica” (n. 13), ao expor que a exegese católica não tem método próprio, mas utiliza “todos os métodos atuais”.

Apenas na última referência, João Paulo II usa explícita e completamente a expressão “método histórico-crítico” (n. 14), ao falar dos erros que a exegese católica está atenta a evitar:

Mais importante ainda, a exegese católica não dedica só a sua atenção aos aspectos humanos da revelação bíblica, o que é por vezes o erro do método histórico-crítico, nem apenas aos aspectos divinos, como quer o fundamentalismo; ela esforça-se em pôr em luz uns e outros, unidos na divina “condescendência” (DV 13), que está na base da Escritura inteira.

Em uma leitura desatenta, o Papa parece acentuar unicamente “o que é por vezes o erro” do MHC. No entanto, a imediata referência ao erro do fundamentalismo – buscar unicamente os aspectos divinos da revelação bíblica – evidencia que o MHC tem de positivo: recordar que a revelação divina não suprime nem anula a participação humana no processo da revelação.

No seu conjunto, o discurso de João Paulo II proclama não apenas a validade, mas também a necessidade de a exegese católica aproveitar as conquistas (nas quais se incluem também os questionamentos) que o MHC trouxe os estudos bíblicos, uma vez que, a linguagem bíblica, pertencente a outra cultura, outro tempo e outra sociedade, possa ser interpretada e atualizada a pessoas e comunidades que a leem hoje.

### 1.3. O IBI

É estranho pensar que depois da DV, de 1965, somente em 1993 surja um novo documento do magistério sobre a Sagrada Escritura. Nestas quase três décadas, exceto os novos lecionários (consequência da reforma litúrgica, e não da DV), há apenas um fato relevante: a publicação da *Nova Vulgata*, em 1979. No que se refere às temáticas específicas abordadas (de modo apenas embrionário) pela DV, um grande período de silêncio. Não obstante, é sintomático que o primeiro documento pós-Vaticano II sobre a Sagrada Escritura discuta exatamente a sua interpretação. Em outras palavras, o primeiro “arquivo zipado” da DV a ser descompactado foi o capítulo III, que, como já afirmamos, foi importante, mas tímido. Aparentemente, foram necessários vinte e oito anos para que as afirmações da DV sobre a necessidade de buscar a intenção dos hagiógrafos e o sentido literal de seus escritos por meio do MHC começassem a ser digeridas.

Antes, porém, de analisarmos as afirmações do IBI acerca do MHC, convém iniciar esta exposição com alguns dados estatísticos. A expressão “método histórico-crítico” é usada vinte e quatro vezes, das quais dez estão na seção específica sobre o MHC. Ao longo do documento, encontram-se também expressões variantes: “exegese histórico-crítica” (5x), “base histórico-crítica” (1x) e “comentário histórico-crítico” (1x).

#### 1.3.1. Os parágrafos introdutórios

As duas primeiras referências ao MHC estão na introdução, em um dos parágrafos sob o título “Problemática atual”. O documento recorda que o MHC, embora seja o mais praticado na exegese (inclusive católica), ele mesmo encontra-se em discussão e, por ser um método diacrônico, compete com os métodos sincrônicos e com os que leem o texto “em perspectivas do tempo presente, seja de ordem filosófica, psicanalítica, sociológica, política etc.”.

#### 1.3.2. Apresentação e avaliação do MHC

As próximas ocorrências estão já na seção específica (I.A.), que se abre com um parágrafo que reconhece o MHC nos estudos bíblicos como legítimo e indispensável. Em seguida, o documento percorre a história do método (I.A.1), enumera seus princípios (I.A.2), descreve as etapas de sua aplicação (I.A.3) e encerra com uma avaliação (I.A.4).

Na subseção sobre a história do MHC (I.A.1), o primeiro parágrafo começa com a afirmação de que três autores patrísticos (Orígenes, Jerônimo e Agostinho) já praticavam o MHC, embora, na época, o método fosse “menos elaborado”. Após isso, o documento salta para o período do Renascimento e logo para os séculos XVII-XVIII, nos quais são lançados os fundamentos e os aperfeiçoamentos que estão na base do método atual. É então que o IBI cita autores e teorias, até chegar ao século XX, no qual o MHC “adquiriu então uma importância de primeiro plano”.

A subseção “Princípios” (I.A.2) explica o que significam os termos “histórico” e “crítico” e se encerra com o reconhecimento de que o MHC “permite ao exegeta, sobretudo no estudo crítico da redação dos textos, perceber melhor o conteúdo da revelação divina”.

A seguir, temos a “Descrição” (I.A.3) dos passos metodológicos envolvidos na aplicação do MHC “no estágio atual de desenvolvimento”: crítica textual, análise linguística e semântica, crítica literária, crítica dos gêneros literários, crítica das tradições, crítica da redação. São também inseridas aqui a função pragmática do texto e a crítica histórica. No arremate desta seção, há novamente a afirmação de que o MHC não destrói a teologia; ao contrário, ele a ajuda: “É desta maneira que são colocadas em evidência as diferentes etapas do desenrolar concreto da revelação bíblica”.

Não há dúvidas de que a subseção que mais interessa é a “Avaliação” (I.A.4)<sup>21</sup>, introduzida por uma questão retórica que será respondida em seis parágrafos, cujo teor pode ser assim sistematizado: cinco pontos de avaliação e um arremate. Os cinco pontos de avaliação desenvolvem uma argumentação do tipo “sim... mas...”, ainda que o conector da adversativa seja omitido. Em quase todos, há uma observação inicial acerca do ponto discutido:

- 1) O MHC “não implica em si nenhum *a priori*”. [Sim], o método foi utilizado com alguns *a priori*; [mas], isto é devido a opções hermenêuticas prévias do exegeta, e não ao método em si.
- 2) Bem orientado desde o início, o MHC “obteve como resultado a abertura de um novo acesso à Bíblia”, uma vez que “a interpretação judaica ou cristã da Bíblia não tinha uma consciência clara das condições históricas concretas e diversas nas quais a Palavra de Deus se enraizou”.

---

<sup>21</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, pp. 192-194.



- [Sim], isso provocou um confronto entre exegese tradicional e a abordagem científica; [mas], posteriormente, o confronto “se revelou salutar”: livre dos “preconceitos extrínsecos”, o MHC “conduziu a uma compreensão mais exata da verdade da Santa Escritura”.
- 3) [Sim], o uso clássico do MHC tem a limitação de não se interessar pelas muitas potencialidades de sentido do texto; [mas], ele “contribuiu à produção de obras de exegese e de teologia bíblica de grande valor”.
- 4) Há muito o método foi desligado de um sistema filosófico. [Sim], houve a tendência de privilegiar “a forma do texto, com menor atenção ao seu conteúdo”; [mas], “esta tendência foi corrigida, graças à contribuição de uma semântica diferenciada (...) e ao estudo do aspecto pragmático dos textos”.
- 5) Foi proposto incluir no MHC uma análise sincrônica. [Sim], “trata-se de uma operação legítima”; [mas], o estudo diacrônico continua indispensável para o discernimento do dinamismo histórico que anima a Santa Escritura e para manifestar sua rica complexidade”.

Como se vê, trata-se de uma diatribe na qual o “sim” é uma crítica ao método e o “mas” é uma resposta. O saldo é positivo e a seção é concluída com um resumo do objetivo do MHC e a afirmação da necessidade de outros métodos:

Em definitivo, o objetivo do método histórico-crítico é de colocar em evidência, de maneira sobretudo diacrônica, o sentido expresso pelos autores e redatores. Com a ajuda de outros métodos e abordagens, ele abre ao leitor moderno o acesso ao significado do texto da Bíblia, tal como o temos<sup>22</sup>.

Este, claramente, é um parágrafo de transição para os demais métodos e abordagens discutidos no documento: os “novos métodos de análise literária”, as “abordagens baseadas na Tradição”, as “abordagens através das ciências humanas”, as “abordagens contextuais” e a “leitura fundamentalista”. Na apresentação destes outros métodos e abordagens, as referências ao MHC continuam.

### 1.3.3. O MHC e os outros métodos e abordagens

Na apresentação das demais leituras do texto bíblico, o MHC é repetidamente citado. Um primeiro tipo de referência ao MHC reconhece suas

---

<sup>22</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 194.

conquistas para, logo em seguida, apontar para uma limitação e apresentar um método ou abordagem que responde a tal lacuna. Assim, por exemplo, no que se refere à análise narrativa:

À análise narrativa liga-se uma nova maneira de apreciar o alcance dos textos. Enquanto o método histórico-crítico considera antes de tudo o texto como uma “janela”, que permite algumas observações sobre uma ou outra época ... [na análise narrativa] sublinha-se que o texto funciona igualmente como um “espelho”, no sentido de que ele estabelece uma certa imagem do mundo ... Ela pode contribuir a tornar fácil a passagem, muitas vezes sofrida, entre o sentido do texto em seu contexto histórico – tal como o método histórico-crítico procura defini-lo – e o alcance do texto para o leitor de hoje<sup>23</sup>.

Semelhantemente para a abordagem canônica:

Constatando que o método histórico-crítico encontra algumas vezes dificuldades em alcançar o nível teológico em suas conclusões, a abordagem “canônica” ... entende por bem conduzir uma tarefa teológica de interpretação partindo do quadro específico da fé: a Bíblia em seu conjunto... Ela não pretende substituir o método histórico-crítico, mas deseja complementá-lo<sup>24</sup>.

Em outro tipo de referência, o IBI reconhece que as conquistas do MHC serviram de base para outros métodos e abordagens. Assim, por exemplo, na afirmação acerca da leitura feminista: “A hermenêutica feminista não elaborou um método novo. Ela se serve dos métodos correntes em exegese, especialmente o método histórico-crítico. Mas ela acrescenta dois critérios de investigação”<sup>25</sup>.

Por fim, ao tratar da leitura fundamentalista (I.F), o IBI afirma que esta “se opõe à utilização do método histórico-crítico, bem como de qualquer outro método científico, para a interpretação da Escritura”<sup>26</sup>. Dada a avaliação negativa da leitura fundamentalista (a única a ser “condenada” no IBI), a contraposição destas duas interpretações coloca o MHC como um caminho para

---

<sup>23</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 198-199.

<sup>24</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 203.

<sup>25</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 218.

<sup>26</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 220.

superar o fundamentalismo. Esta mesma ideia será repetida na seção III.D.2, “Exegese e teologia dogmática”, sobre os “dois extremos” que “os exegetas podem ajudar os dogmáticos a evitar”: “de um lado o dualismo (...); de outro lado o fundamentalismo que, confundindo o humano e o divino, considera como verdade revelada mesmo os aspectos contingentes das expressões humanas”<sup>27</sup>.

#### 1.3.4. O MHC nas outras duas partes do documento

A segunda e a terceira partes do IBI tratam, respectivamente, de “questões de hermenêutica” e das “dimensões características da interpretação católica”. É curioso notar que na parte II – Questões de hermenêutica –, ao invés de “método” histórico-crítico, o documento usa “exegese” histórico-crítica. A seção II.B intitula-se “sentido da Escritura inspirada”. Aqui, um dos parágrafos introdutórios enquadra a exegese histórico-crítica na discussão acerca da multiplicidade ou da unicidade dos significados do texto bíblico: enquanto a exegese histórico-crítica defende que o sentido do texto é apenas um, as ciências da linguagem e as hermenêuticas filosóficas afirmam a polissemia dos escritos (p. 228). Um pouco mais adiante, já na subseção sobre o sentido literal, atribui-se novamente à exegese histórico-crítica “a tendência de fixar o sentido dos textos, ligando-o exclusivamente a circunstâncias históricas precisas”<sup>28</sup>.

A parte III – Dimensões características da interpretação católica – volta a falar de “método” histórico-crítico, na seção III.C, sobre “a tarefa do exegeta”. Nas “orientações principais” (III.C.1), repete-se a dinâmica do “sim... mas...”:

Consequentemente, os exegetas devem se servir do método histórico-crítico. Eles não podem, no entanto, atribuir-lhe a exclusividade. Todos os métodos pertinentes de interpretação dos textos são habilitados a dar sua contribuição à exegese da Bíblia<sup>29</sup>.

Isso já havia sido afirmado no parágrafo inicial da seção I.B., sobre “novos métodos de análise literária:

---

<sup>27</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 256.

<sup>28</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 230.

<sup>29</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 250.

Nenhum método científico para o estudo da Bíblia está à altura de corresponder à riqueza total dos textos bíblicos. Qualquer que seja sua validade, o método histórico-crítico não pode pretender ser suficiente a tudo<sup>30</sup>.

A subseção III.C.3, sobre o “ensinamento da exegese nas Faculdades de Teologia, Seminários e Escolasticados”, reafirma a necessidade do equilíbrio:

é preciso cuidar para não ser unilateral, isto é, de não se limitar nem a um comentário espiritual desprovido de base histórico-crítica, nem a um comentário histórico-crítico desprovido de conteúdo doutrinal e espiritual<sup>31</sup>.

### 1.3.5. O MHC nas conclusões

Fiel à sua dinâmica de apresentação e avaliação do MHC, também a segunda conclusão do IBI segue a dinâmica do “sim... mas...” para incentivar o equilíbrio no uso da diacronia e da sincronia. Desta vez, afirmações dos tipos “sim” e “mas” estão em sequência:

[Sim,] a natureza mesma dos textos bíblicos exige que para interpretá-los, continue-se o emprego do método histórico-crítico, ao menos em suas operações principais. (...) [Sim,] As pesquisas “diacrônicas” serão sempre indispensáveis à exegese. [Sim,] Qualquer que seja o interesse das abordagens “sincrônicas”, elas não estão à altura de substituí-las. Para funcionar de maneira fecunda, estas devem primeiramente aceitar as conclusões das outras, pelo menos em suas grandes linhas<sup>32</sup>.

Aqui, a tradução em português não ajuda muito: o complemento “das outras” é bastante ambíguo. A versão italiana é mais direta e clara: “devono prima accettarne le conclusioni” (“devem primeiro aceitar suas conclusões”, isto é, as conclusões das pesquisas diacrônicas). É então que se passa às considerações do tipo “mas”:

Mas, uma vez preenchida esta condição, as abordagens sincrônicas (...) são suscetíveis de renovar em parte a exegese e de dar uma contribuição muito útil. O método histórico-crítico, efetivamente, não pode pretender o monopólio. Ele

---

<sup>30</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 194.

<sup>31</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 253.

<sup>32</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 274.

deve ser consciente de seus limites, assim como dos perigos que o espreitam. Os desenvolvimentos recentes das hermenêuticas filosóficas e, de outro lado, as observações que pudemos fazer sobre a interpretação na Tradição Bíblica e na Tradição da Igreja colocaram em evidência vários aspectos do problema da interpretação que o método histórico-crítico tinha tendência a ignorar<sup>33</sup>.

Em resumo, retomam-se e sintetizam-se afirmações já feitas anteriormente no IBI: o exegeta não pode simplesmente renunciar ao MHC, mas também não pode considerá-lo único.

#### 1.4. Depois do IBI

Se os vinte e oito anos de espera entre a DV e o IBI foram “estranhos” (e aqui, as aspas, são irônicas), não menos “estranho” é o fato de serem necessários mais dezessete anos para que outro documento sobre a Bíblia fosse publicado. Trata-se da *Verbum Domini*, de 2010, promulgado pelo mesmo cardeal que, em 1993 era o presidente da PCB e que apresentou ao Papa João Paulo II o IBI, a saber, Joseph Ratzinger - Papa Bento XVI.

Nas quase duas décadas que separam o IBI da VD, dois acontecimentos ligados (entre si e à DV) devem ser destacados: o congresso de 2005 e o Sínodo de 2008, ambos com temas semelhantes, claramente “descompactando” o capítulo VI da DV.

##### 1.4.1. Congresso 2005

Entre 14 e 18 de setembro de 2005, por ocasião dos quarenta anos da DV, realizou-se em Roma um congresso intitulado “A Sagrada Escritura na vida da Igreja”, promovido pela Federação Bíblica Católica (FEBIC) e pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (PCPUC)<sup>34</sup>. O MHC é citado nas principais conferências.

O primeiro a falar dele foi o Cardeal Walter Kasper, então presidente do PCPUC, na conferência de abertura do congresso, intitulada “Dei Verbum

---

<sup>33</sup> PONTIFÍCIA Comissão Bíblica. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 274.

<sup>34</sup> A programação, as principais conferências e outros textos de interesse estiveram disponíveis na internet até cerca de um ano após o congresso, no seguinte endereço: <http://www.deiverbum2005.org>. Em uma busca pela rede, encontram-se referências ao link, mas seu conteúdo infelizmente não é mais acessível.

Audiens et Proclamans”<sup>35</sup>. Embora sem usar completa e explicitamente a expressão “método histórico-crítico”, Kasper não evita reconhecer que a aceitação do MHC trouxe grandes progressos à exegese e à teologia católicas.

Ao falar do desgaste da teologia pós-tridentina ao longo dos séculos, Kasper fala da “exegese bíblica histórica” como um dos conflitos resultantes de o Magistério ter reduzido a Bíblia a um “poço do qual extrair provas escriturísticas *a posteriori*”:

Este entendimento não histórico da Bíblia levaria a um segundo conflito. Ou seja, ele entraria em conflito com a exegese bíblica histórica, que estava se tornando cada vez mais difundida no humanismo moderno e no Iluminismo. Na Igreja Católica, a situação explodiu, tardiamente, com a crise do modernismo no final do século XIX e início do século XX<sup>36</sup>.

Kasper novamente evita usar a expressão completa ao falar da DAS, de Pio XII, como “a primeira iniciativa que contribuiu para distender a situação”: a DAS “reconhecia pela primeira vez o método histórico e encorajava o respeito aos gêneros literários<sup>37</sup>”.

Aparentemente, Kasper não se sente muito à vontade com a expressão e a evita também em outros pontos de seu discurso, no qual jamais utiliza conjuntamente os dois adjetivos “histórico” e “crítico”. Neste sentido, emblemático é o parágrafo em que ele fala de “crítica histórica”, “gêneros literários”, “crítica das formas e da redação dos evangelhos”.

Diferentemente de Kasper, o então secretário geral da FEBIC, Alexander M. Schweitzer, cita explicitamente o MHC na abertura da exposição paralela aos trabalhos do congresso. Em sua conferência “Ut Dei Verbum Currat”<sup>38</sup>, Schweitzer liga “os MHCs” (no plural, assim na versão italiana) à “redescoberta” da Bíblia, após o que ele chamou de “400 anos de ‘hibernação’”:

---

<sup>35</sup> KASPER, W. “Dei Verbum Audiens et Proclamans” – “In Religioso Ascolto della Parola di Dio e Proclamandola con Ferma Fiducia”. La Costituzione Dogmatica “Dei Verbum” sulla Rivelazione.

<sup>36</sup> KASPER, W. “Dei Verbum Audiens et Proclamans” – “In Religioso Ascolto della Parola di Dio e Proclamandola con Ferma Fiducia”. La Costituzione Dogmatica “Dei Verbum” sulla Rivelazione, p. 3.

<sup>37</sup> KASPER, W. “Dei Verbum Audiens et Proclamans” – “In Religioso Ascolto della Parola di Dio e Proclamandola con Ferma Fiducia”. La Costituzione Dogmatica “Dei Verbum” sulla Rivelazione, p. 3.

<sup>38</sup> SCHWEITZER, A. M., Ut Dei Verbum Currat.

A questão da relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição foi repensada e foram feitos vários ajustes. Foi definido o lugar indispensável dos métodos histórico-críticos na exegese bíblica em nosso tempo após o Iluminismo<sup>39</sup>.

Um pouco depois, Schweitzer insere a exegese histórico-crítica no contexto das mudanças provocadas pela DV e pela atividade da FEBIC:

Além de esclarecimentos sobre o papel da exegese histórico-crítica e a relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição, a nova compreensão do Concílio Vaticano II acerca da *re biblica* trouxe consigo, acima de tudo, algumas mudanças profundas na área do ministério pastoral. Esse é, de fato, o núcleo do trabalho da Federação Bíblica Católica<sup>40</sup>...

Ambas as ocorrências no discurso de Schweitzer, enfatizam que o MHC não se opõe à doutrina católica acerca da relação entre Escritura e Tradição. A referência a “mudanças profundas na área do ministério pastoral” é o reconhecimento de que os questionamentos e as perspectivas trazidas pelo MHC não têm efeitos e validade unicamente no âmbito intelectual e acadêmico. Mas é também o reconhecimento de que se trata de um desafio à teologia e à pastoral.

Uma terceira conferência merece ainda destaque: “Il Ruolo Centrale della Parola di Dio nella Vita della Chiesa”<sup>41</sup>, do Cardeal Carlo Maria Martini. Em sua retomada dos problemas acerca da Escritura que no tempo do Vaticano II permaneciam abertos, Martini afirma que, não obstante o reconhecimento dos gêneros literários pela DAS, o fato de a questão permanecer “pendente” desembocou “em uma exasperada polêmica no final dos anos 50”, cujo alvo foi “sobretudo o ensinamento do Pontifício Instituto Bíblico acusado de não levar em conta a verdade tradicional da inerrância dos livros sagrados”<sup>42</sup>.

No seu conjunto, estes três discursos refletem vários aspectos e dificuldades para tanto o Magistério como teólogos católicos aceitarem o MHC como um método de interpretação que não se contrapõe à interpretação “oficial” da Igreja Católica. No entanto, como recorda Martini no discurso que acabamos de citar,

---

<sup>39</sup> SCHWEITZER. A. M., *Ut Dei Verbum* Currat, p. 1.

<sup>40</sup> SCHWEITZER. A. M., *Ut Dei Verbum* Currat, p. 2.

<sup>41</sup> MARTINI, C. M., *Il Ruolo Centrale della Parola di Dio nella Vita della Chiesa*.

<sup>42</sup> MARTINI, C. M., *Il Ruolo Centrale della Parola di Dio nella Vita della Chiesa*, p. 2.

O problema não era apenas a interpretação da escritura, mas também a relação cotidiana dos fiéis com a Bíblia. Se os fiéis fossem obrigados a uma interpretação de tipo quase fundamentalista dos livros sagrados, não poucos deles, sobretudo os mais cultos e preparados, teriam se afastado<sup>43</sup>.

Este congresso FEBIC-PCPUC, embora não diretamente ligado ao Sínodo de 2008, sobre a Palavra de Deus, serviu como etapa preparatória.

#### 1.4.2. Sínodo 2008

Realizada entre 5 e 26 de outubro de 2008, a XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, teve por tema “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”. Convém apresentá-la aqui em três momentos: os *Lineamenta*, o *Instrumentum Laboris* e as proposições finais.

##### 1.4.2.1. *Lineamenta*<sup>44</sup>

Sob o título “Interpretar a Palavra de Deus na Igreja, uma tarefa necessária e delicada”, o n. 16 usa três formulações diferentes para reconhecer a validade do MHC:

À luz do Vaticano II e do Magistério sucessivo, alguns aspectos parecem carecer hoje de uma atenção e reflexão específicas, em vista de uma adequada comunicação pastoral; ou seja, a Bíblia, livro de Deus e do homem, deve ser lida unificando de modo correto o *sentido histórico-literário* com o sentido teológico-espiritual. Isso significa que, para uma correta exegese, é necessário o *método histórico-crítico*, convenientemente enriquecido com outras formas de abordagem. [...] Por outras palavras – afirma o Papa Bento XVI – [...] Parece-me uma tarefa muito importante fazer algo neste sentido, contribuir para que, paralelamente à exegese *histórico-científica* seja feita deveras uma introdução à Escritura viva, como Palavra de Deus atual”. (itálicos nossos).

Os *Lineamenta* têm a preocupação de destacar que as interpretações propostas pelo MHC não destroem a teologia e o uso pastoral da Bíblia. Ao contrário, é perfeitamente possível e necessário aproveitar as conquistas dos estudos histórico-

---

<sup>43</sup> MARTINI, C. M., Il Ruolo Centrale della Parola di Dio nella Vita della Chiesa, p. 2.

<sup>44</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Lineamenta*.



literários e outras formas de abordagem para abrir horizontes para a reflexão teológico-espiritual e, por conseguinte, para o que era o foco do Sínodo: a leitura pastoral da Escritura.

#### 1.4.2.2. *Instrumentum Laboris*

Linha semelhante segue o *Instrumentum Laboris*<sup>45</sup> (doravante, IL), que fala de diacronia e sincronia como abordagens necessárias e complementares, não somente para os estudos, mas também para que o cristão possa “descobrir”, isto é, ter um encontro pessoal com a Palavra de Deus. Assim logo no prefácio:

É um processo exigente, paciente e constante, que pressupõe um *estudo histórico e crítico* (também *diacrônico*) e a aplicação de todos os possíveis *métodos científicos e literários* (em vista da compreensão *sincrônica*), a que se submete toda a investigação de escritos humanos. (itálicos nossos).

Mais adiante, no n. 21, o IL repete quase literalmente o que estava já esclarecido no n. 16 dos *Lineamenta*, texto que acabamos de citar:

À luz do Concílio Vaticano II e do Magistério sucessivo, alguns aspectos parecem carecer hoje de uma atenção e reflexão específicas, em vista de uma adequada comunicação pastoral: a Bíblia, Livro de Deus e do homem, deve ser lida unificando corretamente o *sentido histórico-literal* e o sentido teológico-espiritual, ou mais simplesmente sentido espiritual. [...] Isso significa que, para uma exegese correta, é necessário o *método histórico-crítico*, convenientemente enriquecido de outras formas de abordagem, mas para alcançar o sentido total da Escritura é necessário servir-se dos critérios teológicos, repropostos pela *Dei Verbum*: “conteúdo e unidade de toda a Escritura, Tradição viva de toda a Igreja, analogia da fé” (DV 12) [...] Diz o Papa Bento XVI: [...] Considero uma tarefa muito importante fazer algo nesse sentido: contribuir para que, a par, com e na *exegese histórico-crítica*, se faça verdadeiramente uma introdução à Escritura viva como Palavra de Deus atual”. (itálicos nossos).

Embora, no que se refere ao MHC, o IL não acrescente nada aos *Lineamenta*, a repetição literal dos trechos a ele referentes reafirma o reconhecimento de sua validade e necessidade. Não obstante, os acréscimos do IL

---

<sup>45</sup> SÍNODO DOS BISPOS, *Instrumentum Laboris*.

não são irrelevantes: eles recordam que o MHC não esgota o sentido da Sagrada Escritura.

#### 1.4.3. As 55 proposições do Sínodo

Diferentemente de um Concílio, no qual os bispos participantes (chamados de “padres conciliares”) votam e aprovam documentos, em um Sínodo, os bispos participantes (chamados de “padres sinodais”) apresentam ao Papa proposições. Baseado nelas, o Pontífice elabora uma Exortação Apostólica Pós-Sinodal.

Ao final do Sínodo de outubro de 2008, os “padres sinodais” apresentaram cinquenta e cinco proposições<sup>46</sup>, às quais o Papa Bento XVI respondeu, em 2010, com a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*. O MHC é citado nas proposições 25 e 26. A proposição 25 é intitulada “Necessidade de dois níveis na pesquisa exegética”. Estes “dois níveis”, distintos e correlatos, são, o “assim chamado método histórico-crítico” e o teológico. Novamente, é citada a DAS como a porta de entrada do MHC no campo católico. A proposição 25 reconhece:

Este método torna-se necessário pela própria natureza da história da salvação, que não é uma mitologia, mas uma verdadeira história, com o seu ápice na encarnação do Verbo, divino e eterno, que vem habitar no tempo dos homens (Jo 1,14). A Bíblia e a história da salvação, portanto, precisam ser estudadas também com os métodos de uma pesquisa histórica séria.

Em outras palavras, há uma preocupação em defender a complementariedade (e não na contraposição) entre MHC e teologia, algo antecipado no título da proposição, tomado de empréstimo da intervenção do Papa Bento XVI<sup>47</sup>, no dia 14 de outubro: “Somente quando se observam os *dois níveis metodológicos*, o histórico-crítico e o teológico, é possível falar de uma exegese teológica de uma exegese adequada a este Livro” (itálicos nossos).

A proposição 26, com o título “Alargar as perspectivas do estudo exegético atual”, ao mesmo tempo em que elogia “o fruto positivo trazido pelo uso da

---

<sup>46</sup> SÍNODO DOS BISPOS., XII Assembleia Generale Ordinaria.

<sup>47</sup> BENTO XVI, PP., Discurso à XIV Congregação Geral da XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos.

investigação histórico-crítica moderna” reconhece um enorme desafio: que a exegese “de altíssimo nível no que diz respeito à metodologia histórico-crítica” não perca “a dimensão teológica dos textos bíblicos”. Não estranha, portanto, que esta proposição termine com um pedido:

Os Padres Sinodais, agradecendo sinceramente aos numerosos exegetas e teólogos que deram e continuam a dar uma ajuda essencial na descoberta do sentido profundo das Escrituras, pedem a todos que se empenhem cada vez mais em alcançar o nível teológico da interpretação bíblica com maior força e clareza.

Latente a estas afirmações, está algo que há muito se percebe entre teólogos e exegetas: a teologia não consegue acompanhar e digerir as discussões exegéticas. Não sem razão, a proposição seguinte (27) tem como título “Superar o dualismo entre exegese e teologia” e novamente cita as palavras da já referida intervenção de Bento XVI: “Onde a exegese não é teologia, a Escritura não pode ser a alma da teologia e, vice-versa, onde a teologia não é essencialmente a interpretação da Escritura na Igreja, essa teologia não tem mais um fundamento”.

#### 1.4.3. A *Verbum Domini*

Bento XVI responde a estas proposições em alguns parágrafos da primeira parte da VD. Após expressar, no n. 31, o agradecimento aos exegetas sugerido na proposição 26, o Papa, no n. 32, citando o IBI, afirma a necessidade de “reconhecer os benefícios que a exegese histórico-crítica e os outros métodos de análise do texto, desenvolvidos em tempos mais recentes, trouxeram para a vida da Igreja” para logo depois retomar sua própria intervenção do dia 14 de outubro de 2008 (já referido neste artigo): “A história da salvação não é uma mitologia, mas uma verdadeira história e, por isso, deve-se estudar com os métodos de uma investigação histórica séria”<sup>48</sup>.

Em seguida, no n. 33, como de praxe, evoca a PD e a DAS como intervenções “com sábio equilíbrio relativamente à justa posição a tomar face à introdução dos novos métodos de análise histórica” O MHC é citado, ainda que não expressamente, na avaliação do contributo de Leão XIII: “teve o mérito de proteger a interpretação católica da Bíblia dos ataques do

---

<sup>48</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 318.

racionalismo, sem contudo se refugiar num sentido espiritual separado da história. Não desprezava a crítica científica”<sup>49</sup>.

Logo em seguida, no n. 34, ocorre novamente um movimento circular de autocitação indireta: Bento XVI retoma a proposição 25, que cita aquela mesma intervenção do dia 14/10/2008: “Somente quando se observam os dois níveis metodológicos, histórico-crítico e teológico, é que se pode falar de uma exegese teológica, de uma exegese adequada a este Livro”<sup>50</sup>.

E acrescenta literalmente uma parte da proposição 26:

Os Padres sinodais afirmaram, justamente, que *o fruto positivo produzido pelo uso da investigação histórico-crítica moderna é inegável. Mas, enquanto a exegese acadêmica atual, mesmo católica, trabalha a alto nível no que se refere à metodologia histórico-crítica, incluindo as suas mais recentes integrações, é forçoso exigir um estudo análogo da dimensão teológica dos textos bíblicos, para que progrida o aprofundamento segundo os três elementos indicados pela Constituição dogmática Dei Verbum*<sup>51</sup> (itálicos nossos).

Bento XVI quer “integrar” o MHC na reflexão teológica e, ao mesmo tempo, reconhecendo as dificuldades para isso, convida a um caminho de “reciprocidade” para evitar “uma infrutífera separação (que) leva a exegese e a teologia a comportarem-se como estranhas”. Há de se observar, porém, tal integração não pode significar a submissão da exegese ao dogma.

Por outro lado, entre os exegetas católicos havia alguns que temiam um fechamento no que se refere à pesquisa bíblica, algo que, felizmente, não se confirmou, apesar de suas dificuldades pessoais com o MHC, como se vê no n. 37:

Em suma, reconhecendo o valor e a necessidade – apesar dos seus limites – do método histórico-crítico, pela exegese patrística, aprendemos que “só se é fiel à intencionalidade dos textos bíblicos na medida em que se procura encontrar, no coração da sua formulação, a realidade de fé que os mesmos exprimem e em que se liga esta realidade com a experiência crente do nosso mundo (IBI, II A 2)”<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 319.

<sup>50</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 320.

<sup>51</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 320-321.

<sup>52</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 325.

Após os números 31-37, mais voltados para o diálogo entre teologia e exegese, o reconhecimento do MHC, ainda que obliquamente, retorna no n. 42, referente às “páginas ‘obscuras’ da Bíblia”, notadamente as que narram violências e imoralidades. A interpretação deste tipo de texto foi o assunto da proposição 29, que já propunha, como caminho de superação, que os fiéis fossem ajudados a ler estes textos “em seu contexto histórico e literário”. Como repetidamente faz na VD, Bento XVI insere as palavras dos próprios “padres sinodais” em sua Exortação Apostólica:

Entretanto deve-se ter consciência de que a leitura destas páginas requer a aquisição de uma adequada competência, através duma *formação que leia os textos no seu contexto histórico-literário e na perspectiva cristã*<sup>53</sup>.

Nesta linha, o n. 44 assevera que a “verdadeira resposta a uma leitura fundamentalista” encontra-se na prática de uma leitura que não ignore “a mediação humana do texto inspirado e os seus gêneros literários”<sup>54</sup>. Em outras palavras, o MHC é reconhecido como caminho e remédio contra o fundamentalismo.

Por outro lado, a pertinaz desconfiança de Bento XVI em relação ao MHC se faz notar também nos dois números sucessivos, a saber: sobre o diálogo entre pastores, teólogos e exegetas (n. 45), e sobre Bíblia e ecumenismo (n. 46). No primeiro caso, o MHC (ou, ao menos o estudo dos gêneros literários) poderia ser de ajuda para a explicação da Palavra de Deus às comunidades e grupos de reflexão bíblica. No segundo, não se fala que o MHC oferece boas pistas para o diálogo acerca da Palavra que une os que creem no mesmo texto sagrado.

O MHC (no seu conjunto ou alguns de seus passos) poderia estar presente também na segunda parte da VD, “Verbum in Ecclesia”. Por exemplo, no número dedicado à homilia (n. 59), a insistência de que os pregadores incluam em sua preparação o estudo dos gêneros literários e da história da redação dos textos bíblicos muito ajudaria a evitar afirmações demasiadamente piedosas e fantasiosas sobre as passagens da Escritura usadas na liturgia. Semelhantemente, o n. 73, sobre “a animação bíblica da pastoral”, o Papa poderia ter incentivado a inserção dos gêneros literários na formação de sacerdotes e leigos, não só para que a animação bíblica da pastoral seja mais profunda, mas também para ter maior lastro contra a já citada leitura fundamentalista da Bíblia. Algo semelhante poderia ser aplicado à “dimensão bíblica da catequese” (n. 74) e a “formação bíblica dos cristãos” (n. 75). Mas, uma referência

---

<sup>53</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 332.

<sup>54</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 334.

ao MHC (no conjunto ou parcialmente) fez falta nos números referentes à “Leitura orante da Sagrada Escritura e ‘lectio divina’” (nn. 86-87), pois uma introdução ao MHC (ou, ao menos, aos gêneros literários) pode evitar que a leitura orante se reduza a uma leitura fundamentalista; mais ainda, o MHC pode dar à leitura orantes maiores horizontes e maior profundidade, pois evita que o primeiro passo (a *lectio*/leitura) seja apenas a repetição desconexas de frases soltas do texto a ser meditado.

#### 1.4.4. Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura

Retornemos ao Sínodo de 2008. A proposição 12, sobre “Inspiração e verdade da Bíblia” é a mais curta:

O Sínodo propõe que a Congregação para a Doutrina da Fé esclareça os conceitos de *inspiração* e *verdade* da Bíblia, bem como sua relação recíproca, de modo fazer compreender melhor o ensinamento da Dei Verbum 11. Em particular, é necessário destacar a originalidade da hermenêutica bíblica católica nesse campo. (itálicos nossos)

Na VD, Bento XVI a retoma no n.19 e, após tecer alguns comentários sobre a importância da questão, escreve de modo quase lacônico:

Não há dúvida que a reflexão teológica sempre considerou inspiração e verdade como dois conceitos-chave para uma hermenêutica eclesial das Sagradas Escrituras. No entanto, deve-se reconhecer a necessidade atual de um condigno aprofundamento destas realidades, para se responder melhor às exigências relativas à interpretação dos textos sagrados segundo a sua natureza. Nesta perspectiva, desejo vivamente que a investigação possa avançar neste campo e dê fruto para a ciência bíblica e para a vida espiritual dos fiéis<sup>55</sup>.

Em outras palavras, o Papa afirma que o assunto exige e merece uma discussão mais longa do que é possível fazer em uma Exortação Apostólica, na qual há muitos outros temas a serem tratados. A afirmação “desejo vivamente que a investigação possa avançar” é outro exemplo da já citada (inesperada, mas comedida) abertura da VD. Mas não só. Com a promulgação, em 2014, do

---

<sup>55</sup> BENTO XVI, PP., *Verbum Domini*, p. 305-306.

documento *Inspiração e Verdade da Sagrada Escritura*<sup>56</sup> (doravante IVSE), ficou a impressão de que as palavras de Bento XVI no final do n. 19 da VD queriam dizer que ele já havia encarregado (ou que encarregaria) a PCB de tratar do assunto.

O IVSE é composto de três partes – (1) O testemunho dos escritos bíblicos sobre a proveniência de Deus; (2) O testemunho dos escritos bíblicos sobre a verdade; (3) A interpretação da palavra de Deus e seus desafios – e, ainda que o cite poucas vezes, reconhece o MHC como leitura válida e necessária.

A expressão completa “método histórico-crítico” é usada uma única vez<sup>57</sup>, no n. 63, na introdução da segunda parte. Após falar do perigo de tomar o conceito de “inerrância” em sentido absoluto – “na Bíblia não pode haver nenhum tipo de erro” –, o documento enumera o MHC como um dos fatores que ajudaram a evitar tal engano:

Mas, com as progressivas descobertas no campo da história, da filologia e das ciências naturais, e por motivo da aplicação à pesquisa bíblica do método histórico-crítico, os exegetas tiveram de reconhecer que na Bíblia nem tudo é expresso em conformidade com as exigências das ciências contemporâneas, pelo fato de que os escritores bíblicos refletem os limites de seus conhecimentos pessoais, além dos da sua época e cultura<sup>58</sup> (itálicos nossos).

Em outras palavras, ao emparelhar “a aplicação do MHC” com “as progressivas descobertas no campo da história, da filologia e das ciências naturais”, o documento deixa a entender que o uso do MHC na pesquisa bíblica foi consequência inevitável do desenvolvimento científico. Por outro lado, o IVSE repete a prática dos documentos anteriores já citados neste artigos e insiste na importância de reconhecer, estudar e levar em conta os gêneros literários para a correta interpretação de textos bíblicos.

Na primeira parte do IVSE, focada no conceito de inspiração, os gêneros literários são citados uma única vez, no n. 61, em uma afirmação acerca dos escritores gnósticos: “começaram a compor obras com os mesmos gêneros literários da grande igreja (evangelhos, atos, cartas e apocalipses) pra divulgar

---

<sup>56</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA., *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*.

<sup>57</sup> No n. 135, o documento fala de “pesquisa histórico-científica”, mas não se trata do MHC, e sim do desafio da comprovação de acontecimentos com problemas históricos, como a passagem pelo mar (Ex 14), os evangelhos da infância (Mt 1–2 e Lc 1–2) e os relatos de milagres.

<sup>58</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA., *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, p. 110.

suas doutrinas”<sup>59</sup>. Embora seja uma afirmação quase que marginal, ela reconhece a importância dos gêneros literários no processo da inspiração. A segunda parte, por sua vez, focada no conceito de verdade, alterna as formulações “gênero literário” (nn. 66 e 84) e “forma literária” (nn. 68 e 101), e a influência do modo de dizer no conteúdo (“verdade”) expresso no texto, bem como na compreensão do leitor. Ocorre também uma vez o termo *leitmotiv* (n. 69) para definir a reiterada proibição à idolatria no Deuteronômio.

A terceira parte do IVSE usa com mais frequência “gênero literário” (por vezes, no plural). As primeiras ocorrências encontram-se ainda nos parágrafos introdutórios:

- no n. 104, duas vezes (a primeira, é uma citação da DV, que retoma a DAS), sobre o modo próprio de cada gênero literário apresentar a verdade;
- no n. 105 (citando a DV 11), na afirmação de que os gêneros literários ajudam o exegeta a identificar, nos textos bíblicos, “a verdade relativa à nossa salvação”.

A seguir, o documento, por meio de exemplos, trata dos desafios de interpretar textos bíblicos com problemas históricos (nn. 106-123) e éticos-sociais (nn. 124-134). Em ambos os casos, reconhece a importância de o intérprete levar em conta os gêneros literários. Um dos exemplos com problemas históricos é o livro de Tobias. O n. 109, não apenas reconhece que se trata de uma “ficção literária” (duas vezes) com uma “composição literária com um esquema conhecido”, mas também afirma:

A intervenção do demônio Asmoneu deriva da tradição bíblica que vê Satanás e os seus anjos agirem em nosso mundo e causarem desastres. Isto nos permite catalogar a obra no *gênero literário* dos relatos que têm, entre seus personagens, protagonistas humanos e sobre-humanos<sup>60</sup> (itálicos nossos).

Outro texto com problemas históricos é Mt 28,2: o n. 120 reconhece que o terremoto narrado neste versículo é um “motivo literário”.

---

<sup>59</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA., *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, p. 107.

<sup>60</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA., *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, p. 189.



Entre os textos com problemas éticos-sociais estão as leis que determinam o extermínio dos cananeus (Dt 7,1-2; 20,16-18), cumpridas à risca por Josué (Js 6–12), mas não Saul, o que lhe custou o trono (1Sm 15). Sobre isso, o n. 127 recorda que tal normativa tem um contexto histórico preciso e que, exatamente por isso, “impõe-se a necessidade de reconsiderar cuidadosamente o ‘gênero literário’ destas tradições narrativas” e fundamenta tal recomendação evocando a tradição patrística, que vê “o relato da época da conquista como uma espécie de parábola” com “personagens de valor simbólico”. O mesmo n. 127 prossegue falando da “tradição literária” da conquista e do “motivo literário do juízo sobre as nações”.

A necessidade de a interpretação levar em conta os gêneros literários é aplicada também aos salmos com imprecizações. A complexidade da questão dos poemas em que o salmista expressa livremente seu desejo de vingança exigiu uma discussão um pouco mais longa (nn. 128-131). O n. 128 é bastante explícito:

A principal maneira de explicar e aceitar as expressões difíceis dos Salmos é entender o seu *gênero literário*, o que significa que não devemos interpretá-los ao pé da letra. Nas orações de súplica e lamento, feitas por um orante perseguido, aparece frequentemente o motivo “imprecatório”, que se apresenta como uma invocação apaixonada dirigida a Deus para que realize a salvação mediante a eliminação dos inimigos<sup>61</sup>. (itálicos do texto).

E, logo no início do n. 129, esclarece que “o gênero literário do lamento utiliza expressões exageradas e exasperadas”, tanto na descrição do sofrimento, como no pedido de socorro dirigido a Deus.

Por fim, os gêneros literários são também mencionados nas conclusões gerais do documento (nn. 137-150). No n. 139, os gêneros literários, ao lado das categorias teológicas e das concepções antropológicas e sociológicas, são conectados à afirmação de Hb 1,1: “Deus falou em diversos modos”. Um pouco mais adiante, os nn. 145 e 146 tratam de como os gêneros literários expressam a verdade bíblica. Por ser uma “verdade multiforme” (n. 145), “a verdade bíblica assume uma grande variedade de gêneros literários”, os quais permitem a todos expressar seus próprios pontos de vista. Por outro lado, como se trata de uma “verdade em forma *histórica*” (n. 146), os gêneros literários ajudam a

---

<sup>61</sup> PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA., *Inspiração e verdade da Sagrada Escritura*, p. 214.

“evitar a leitura fundamentalista” e “situar as várias formulações do texto sagrado em seu contexto histórico”.

Nesta mesma linha, ocorrem outras expressões ligadas aos gêneros literários e ao MHC: “a história literária” da Bíblia (n. 140) e de seus livros (n. 141), as “tradições literárias” (n. 143) reunidas na Bíblia, as “diversas modalidades literárias” (n. 144) pelas quais a verdade de Deus se revela, e os “filões literários” (n. 149) bíblicos considerados inaceitáveis hoje. No seu arremate, o documento (n. 150) afirma que a Igreja reconhece a “tradição literária” como “inspirada e, portanto, expressão da verdade de Deus”.

Não obstante todo este reconhecimento dos gêneros literários, no seu conjunto, o IVSE não avança muito na discussão acerca da inspiração e da verdade e, no que se refere ao conjunto do MHC, é igualmente um documento tímido. Basta observar que, para a discussão dos temas a que se propõe, o IVSE não insere componentes importantes do MHC e que poderiam alargar alguns horizontes. O documento jamais cita a crítica literária, não diz uma palavra sobre crítica textual e uma única vez fala de *leitmotiv* (n. 69). Isso tem a ver com a índole do documento, que deseja *provar* que a Sagrada Escritura provém de Deus e tem Deus como autor, mas não aborda *como* se dá a passagem do conteúdo revelado ao escrito inspirado, um texto historicamente situado e culturalmente condicionado. Os passos do MHC ajudariam muito a formular esta compreensão.

## 2. Muito além do IBI

Uma vez apresentada esta verdadeira “epopeia” da aceitação do MHC na Igreja Católica, convém alargar horizontes e olhar além. Faremos isso em duas direções: o Catecismo da Igreja Católica e a leitura bíblica latino-americana.

### 2.1. Uma breve crítica

O IBI tem o grande valor de apresentar o posicionamento oficial da Igreja Católica acerca da legitimidade das interpretações do texto bíblico. Por isso, ele deve ser situado no contexto das discussões ao longo do século XX sobre leituras não preocupadas com a espiritualidade, nem com a pastoral, nem com a fundamentação teológica da doutrina, nem com a aplicação ética. É necessário, no entanto, observar que, entre os exegetas (mesmo os católicos), já bem antes do IBI, havia a compreensão de que a Bíblia não pode ser reduzida

a um depósito de argumentos para definições dogmáticas e ensinamentos morais. Efetivamente, era já bastante claro que nenhuma abordagem (seja ela diacrônica ou sincrônica) esgota o texto bíblico e que, portanto, diacronia e sincronia são complementares. Quanto a isso, o documento parece mais querer responder a objeções providas de instâncias de poder eclesiástico, do que propriamente orientar pesquisadores bíblicos.

Em outras palavras, a apresentação e a crítica do IBI focam mais em um conceito já cristalizado acerca do MHC do que propriamente na sua prática. Neste sentido, o documento é um pouco simplista e nos leva a perguntar: A qual MHC o IBI se refere e avalia? Aquele praticado pelos exegetas (incluindo católicos) no último quarto do século XX ou aquele da metade inicial do mesmo século?

Além disso, o IBI “não consegue desenvolver uma teoria adequada do que constitui uma interpretação teológica da Bíblia”<sup>62</sup>. Mais ainda, o IBI não discutiu suficientemente as consequências das questões referentes à história levantadas pelo MHC para a teologia, a moral, a liturgia e a pastoral. Neste sentido, tem razão Williamson:

A segunda<sup>63</sup> fraqueza do tratamento dado ao método histórico-crítico pelo IBI foi sua incapacidade de tratar uma variedade de questões relativas à relação da história com a interpretação da Bíblia na Igreja. Embora este não seja um novo tema e já tenha sido tratado em vários momentos no passado, continua a ser um dos problemas mais importantes levantados pelo método histórico-crítico e tem ramificações práticas para a teologia, a exegese e o cuidado pastoral<sup>64</sup>.

Um exemplo claríssimo do que representa esta lacuna está no Catecismo da Igreja Católica (doravante CCE, da sigla para o latim *Catechismus Catholicae Ecclesiae*).

---

<sup>62</sup> FREYNE, S., Bíblia e teologia, p. 32.

<sup>63</sup> WILLIAMSON P. S., *Catholic Principles for Interpreting Scripture*, descreve duas fraquezas. A primeira tem a ver com os pressupostos do MHC: “o IBI encobre pressupostos problemáticos que ainda acompanham frequentemente o uso do método histórico-crítico e que são considerados por alguns estudiosos como intrínsecos a ele. Infelizmente, ao não distinguir com suficiente nitidez entre a abordagem do método histórico-crítico que endossam e outras abordagens que gozam de ampla aceitação, a posição da Comissão Bíblica tem sido amplamente mal interpretada como um endosso quase irrestrito do método histórico-crítico.” (p. 251-252).

<sup>64</sup> WILLIAMSON, P. S., *Catholic Principles for Interpreting Scripture*, p. 252.

## 2.2. Método histórico-crítico e Catecismo da Igreja Católica

O CCE utiliza a Bíblia da mesma maneira que os documentos do Magistério anteriores à DV, isto é, como um tesouro de provas escriturísticas, usadas de modo seletivo e, por vezes, ingênuo. A questão dos gêneros literários é totalmente desconsiderada, bem como as consequências dos problemas históricos (levantados pelo MHC) para a teologia, a liturgia, a moral e a espiritualidade.

Por exemplo, acerca do relato da Queda da humanidade, em Gn 3:

n. 390: A narrativa da queda (Gn 3) utiliza uma linguagem feita de imagens, mas afirma um acontecimento primordial, um fato que teve lugar *no princípio da história do homem*. A Revelação dá-nos uma certeza de fé de que toda a história humana está marcada pela falta original, livremente cometida pelos nossos primeiros pais. (itálicos do texto).

Tudo o que vem depois do “mas” nega a afirmação inicial de que se trata de uma linguagem figurada: é um acontecimento, um fato, uma falta original realmente ocorrida e que marcou a história humana. O CCE anulou, em um único parágrafo, mais de um século de pesquisas, debates e conquistas, na exegese católica, sobre os gêneros literários e o caráter mitológico de Gn 1–11<sup>65</sup>.

Nesta mesma linha, os textos usados para fundamentar a criação “ex nihilo” (nn. 296-298) não levam em consideração o conceito de “nada” no imaginário do mundo médio-oriental (ao qual os autores bíblicos pertenciam), muito diferente do mundo grego.

Também com relação aos evangelhos, o CCE não leva em conta a problemática criada por Mt 28,20, texto em que Jesus afirma que ficará com discípulos e que, portanto, não irá aos céus, como narrado em Lc 25,50-51 e At 1,9-11. Semelhantemente, o CCE é um pouco confuso ao tentar conciliar a afirmação de que Jesus “logo dá o Espírito Santo ‘soprando’ sobre os discípulos”, conforme Jo 20,22, com o dia de Pentecostes, no qual “a Páscoa de Cristo completou-se com a efusão do Espírito Santo que Se manifestou”, segundo At 2,1-11. O CCE faz vista grossa ao fato que, segundo o relato joanino, Jesus sopra e “logo dá” o Espírito aos discípulos na tarde do mesmo dia da ressurreição, e não cinquenta dias depois, conforme o relato lucano.

---

<sup>65</sup> FREYNE, S., Bíblia e teologia, p. 30.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, incluindo o uso dos textos proféticos, dos Salmos e dos livros sapienciais. O CCE mantém o uso pré-crítico da Bíblia, tentando dar unidade e coerência a textos de diferentes autores, teologias e, por que não, religiões (apenas para recordar, os autores do AT não eram cristãos; também não praticavam todos o mesmo tipo de judaísmo nem de jlavismo). Estes exemplos, no entanto, bastam para demonstrar que o CCE está impregnado da resistência aos questionamentos e às conquistas do MHC.

Esta consideração crítica não pretende invalidar o CCE nem se opor ao uso da Bíblia nos documentos do Magistério. Ao contrário, deseja recordar que o uso seletivo e restritivo dos textos bíblicos, próprio da leitura pré-crítica (ou, talvez, a-crítica), empobrece afirmações e argumentos. A inclusão de questões e interpretações oferecidas pelo MHC poderia enriquecer e dar maior solidez a textos teológicos e pastorais.

Por outro lado, o MHC também pode oferecer maior robustez à “leitura orante” (*lectio divina*) e à leitura bíblica latino-americana. É sobre esta segunda que desejamos discorrer brevemente.

### 2.3. Método histórico-crítico e leitura bíblica na América Latina

Até a última década do século XX, houve uma atitude de reserva e desconfiança dos que praticavam a leitura latino-americana em relação ao MHC. A composição do texto, os gêneros literários, o processo de redação e o estudo das tradições subjacentes ao texto bíblico pareciam não ter real importância para estabelecer a analogia entre as situações vivenciadas pelo povo bíblico e pelo povo latino-americano. Nas últimas três décadas isso mudou. O fato de termos biblistas latino-americanos e caribenhos capacitados no emprego do MHC possibilitou a superação daquela estranheza inicial.

Se, por um lado, a hermenêutica latino-americana pode ajudar os biblistas histórico-críticos a não caírem em uma exegese em função de si mesma, o MHC pode oferecer à leitura latino-americana percepções impossíveis sem o instrumental apropriado. Assim, a *crítica textual* pode ir além da discussão de qual é a leitura mais antiga (e original), para valorizar as variantes conscientes e voluntárias como o modo de os copistas adequarem e aplicarem o texto à sua realidade eclesial. Por exemplo, as várias listas das

qualidades de Estêvão, em At 6,8: acréscimos e combinações refletem quais dons e qualidades eram mais necessários para as várias comunidades<sup>66</sup>.

Nesta mesma linha, o estudo dos *gêneros literários*, dos modos de dizer e de narrar eventos na cultura e na sociedade dos autores bíblicos, ajuda a reconhecer o valor dos gêneros literários do nosso continente, principalmente dos nossos povos originários. Ensinos envolvendo sabedoria indígena e negra não perdem nada para os conselhos transcritos no livro dos Provérbios, por exemplo.

Igualmente a *crítica da tradição* permite valorizar concepções, temas, imagens e motivos presentes em nossa cultura. A pessoa injustiçada que tem a redenção após seu sofrimento não merecido é o motivo presente tanto no quarto canto do Servo Sofredor (Is 52,13–53,12) como nas variadas versões da lenda do negrinho do pastoreio.

Estes são apenas exemplos rápidos e, certamente, incompletos. Mas eles demonstram a possibilidade de um diálogo enriquecedor para ambas as partes.

## Conclusão

É estranho que muitos teólogos que dizem ler e seguir “todos” os documentos da igreja ainda tenham tanta resistência ao MHC, aprovado e recomendado pelos mesmos documentos que dizem ler e seguir. Tal resistência faz surgir a pergunta de quais documentos aqueles citados teólogos efetivamente leem e como os leem. Aparentemente, não leem todos, mas apenas alguns. E mesmo que leiam apenas de modo seletivo, ainda assim fica a questão se, a rejeição ao MHC não é, na verdade, medo dele. Pois o MHC demonstrou de modo evidente que os autores bíblicos, muitos dos quais não eram cristãos, não escreveram livros para comprovar dogmas e ensinamentos morais da Igreja Católica. Por conseguinte, a Bíblia não pode ser reduzida a um sistema teológico unificado e edificado em tempos posteriores, com pressupostos filosóficos estranhos ao universo dos autores. Com efeito, os livros canônicos apresentam teologias e orientações morais por vezes antagônicas. Para os teólogos sistemáticos, isto é um problema; para os exegetas, não. Aliás, para estes, a consciência das divergências por vezes é solução. Mas isso não significa que os exegetas sejam contrários à teologia e a um corpo doutrinal normativo.

---

<sup>66</sup> Este e outros exemplos encontram-se em SILVA, C. M. D., *Crítica textual e hermenêutica latino-americana*.

Eles apenas pedem que a Bíblia seja respeitada nas limitações de seus escritos, de seus autores e de suas teologias. O que os exegetas propõem como caminho para integrar o MHC na teologia é que os teólogos dogmáticos (e também os sistemáticos) deixem de perguntar o que o dogma perde, e passem a reconhecer o que ele ganha e como pode ser redimensionado. Em resumo, não “se” o MHC pode ajudar a teologia, e sim “como”. Enquanto esta mudança de perspectiva não ocorre, é natural que os exegetas perguntem: Quem tem medo do método histórico-crítico? E por quê?

### Referências bibliográficas

AMBROZIC, A. M. Providentissimus Deus. In: **Encyclopedia.com**. Disponível em: <<https://www.encyclopedia.com/religion/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/providentissimus-deus>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BENTO XVI, PP. **Discurso à XIV Congregação Geral da XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos**: Intervenção do Papa Bento XVI, na décima-quarta congregação geral. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20081014\\_sinodo.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20081014_sinodo.html)>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BENTO XVI, PP. *Verbum Domini*. In: **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação**. São Paulo: Paulus, 2019. p. 279-417.

CAPIZZI, N. **Dei Verbum**: Storia / Commento / Recezione. Roma: Studium, 2015.

**Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Paulus, Paulinas, Loyola, Ave Maria; Petrópolis: Vozes, 1993. Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/catechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html)>. Acesso em: 23 ago. 2023.

**Constituição Dogmática Dei Verbum**: sobre a Revelação Divina. Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html)>. Acesso em: 28 jul. 2023.

- Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação.** São Paulo: Paulus, 2019.
- FITZMYER, J. A. **A interpretação da Escritura:** Em defesa do método histórico-crítico. São Paulo: Loyola, 2011.
- FREYNE, S. Bíblia e Teologia. Uma tensão na resolvida. **Concilium**, v. 279, n. 1, p. 28-34, jan./mar. 1999.
- GHIBERTI, G. Il Metodo Storico-Critico. In: Pontificia Commissione Biblica. **L'Interpretazione della Bibbia nella Chiesa.** Commento a cura di Giuseppe Ghiberti e Francesco Masetto. Leumann: Elle Di Ci, 1998. p. 105-144.
- JOÃO PAULO II, PP. Discurso por ocasião do Centenário da Encíclica “*Providentissimus Deus*” e do 50º Aniversário da Encíclica “*Divino afflante Spiritu*”. In: **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação.** São Paulo: Paulus, 2019. p. 167-180.
- KASPER, W. “Dei Verbum Audiens et Proclamans” In: Religioso Ascolto della Parola di Dio e Proclamandola con Ferma Fiducia”. La Costituzione Dogmatica “Dei Verbum” Sulla Rivelazione. <<http://www.deiverbum2005.org>>. Não mais disponível.
- KLEIN, W. W.; BLOMBERG, C. L.; HUBBARD JR., R. L. **Introdução à interpretação bíblica.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LEÃO XIII, PP. Carta encíclica *Providentissimus Deus*. In: **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação.** São Paulo: Paulus, 2019. p. 9-43.
- LIMA, M. L. C. **Exegese bíblica: teoria e prática.** São Paulo: Paulinas, 2014.
- LOHFINK, G. **Agora entendo a Bíblia.** São Paulo: Paulus, 1978.
- MARTINI, C. M. **Il Ruolo Centrale della Parola di Dio nella Vita della Chiesa.** L'Animazione Biblica dell'Esercizio Pastorale. <<http://www.deiverbum2005.org>>. Não mais disponível.
- PIO XII, PP. **Carta encíclica *Divino afflante Spiritu*, do sumo pontífice papa Pio XII:**  
Aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos e bispo e outros ordinários do lugar em paz e comunhão com a sé apostólica como a todo clero e fiéis de Cristo do orbe católico. Disponível em: <[ReBiblica, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.214-255, jul./dez. 2023 253](https://www.vatican.va/content/pius-</a></p></div><div data-bbox=)



xii/pt/encyclicals/documents/hf\_p-xii\_enc\_30091943\_divino-afflante-spiritu.html#fnref29>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. A Interpretação da Bíblia na Igreja. In: **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação**. São Paulo: Paulus, 2019. p. 184-275.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **Enchiridion Biblicum**. Documenta Ecclesiastica Sacram Scripturam Spectantia. Napoli; Roma: M. D’Auria; A Arnodo, 1961.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **Inspiração e verdade da Sagrada Escritura**. São Paulo: Paulinas, 2014.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *Lettera agli ECC.MI PP.DD. arcivescovi e vescovi italiani*. Un opuscolo anonimo denigratorio. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/pcb\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19410820\\_opuscolo-denigratorio\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19410820_opuscolo-denigratorio_it.html)>. Acesso em: 28 jul. 2023.

RATZINGER, J. Prefácio ao Documento da Pontificia Comissão Bíblica. “A Interpretação da Bíblia na Igreja”. In: **Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação**. São Paulo: Paulus, 2019. p. 181-183.

RUIZ, G. “Historia de la constitución Dei Verbum”. In: SCHÖKEL, L. A. (Org.). **Comentarios a la constitución Dei Verbum sobre la divina revelación**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1969. p. 3-99.

ALONSO SCHÖKEL, L. “Interpretación de la Sagrada Escritura”. In: SCHÖKEL, L. A. (Org.). **Comentarios a la constitución Dei Verbum sobre la divina revelación**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1969. p. 420-480.

SCHWEITZER. A. M. **Ut Dei Verbum Currat**. <<http://www.deiverbum2005.org>>. Não mais disponível.

SILVA, C. M. D. **Metodologia de exegese bíblica**, versão 2.0. São Paulo: Paulinas, 2022.

SILVA, C. M. D. Crítica textual e hermenêutica latino-americana. **Revista Bíblica**, v. 83. n. 3-4, ago./dez. 2021, p. 261-286. Disponível em: <<https://www.revistabiblica.com/ojs/index.php/RB/article/view/290/312>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SÍNODO DOS BISPOS. *Instrumentum Laboris*: a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20080511\\_instrlabor-xii-assembly\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20080511_instrlabor-xii-assembly_po.html)>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SÍNODO DOS BISPOS. *Lineamenta*: a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20070427\\_lineamenta-xii-assembly\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20070427_lineamenta-xii-assembly_po.html)>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SÍNODO DOS BISPOS. **XII Assembleia Generale Ordinaria**: elenco Finale delle Proposizioni. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20081025\\_elenco-prop-finali\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20081025_elenco-prop-finali_it.html)>. Acesso em: 11 ago. 2023.

VASCONCELLOS, P. L.; SILVA, R. R. **O Vaticano II e a leitura da Bíblia**. São Paulo: Paulus, 2015.

WILLIAMSON, P. S. **Catholic Principles for Interpreting Scripture**. Roma: PIB, 2001.

***Cássio Murilo Dias da Silva***

Doutor em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico – Roma  
Docente do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul  
Porto Alegre / RS – Brasil  
E-mail: cassiomu@gmail.com

Recebido em: 24/08/2023

Aprovado em: 05/12/2023